

Pensamento crítico e lutas urbanas na América Latina: um olhar a partir do Brasil

Raquel Rolnik. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Cibele Saliba Rizek. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Carlos Vainer. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Ana Fernandes. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

RESUMO | O artigo analisa o desenvolvimento do pensamento crítico urbano na América Latina, com ênfase no Brasil, articulando dimensões históricas, teóricas e políticas. A partir de correntes como o marxismo e o desenvolvimentismo, examina a evolução da questão urbana e o papel da urbanização, da industrialização e das lutas sociais na configuração das cidades. Nesse contexto, destaca-se o valor da *Revista EURE* como espaço central de produção e circulação do pensamento crítico latino-americano, evidenciado na sistematização de debates, categorias analíticas e estudos empíricos ao longo de mais de cinco décadas. O texto aborda ainda processos como a Reforma Urbana, a influência da Revolução Cubana e a emergência de movimentos sociais urbanos. Por fim, discute a consolidação da cidade neoliberal e financeirizada, ressaltando a necessidade de renovação do pensamento crítico a partir de perspectivas descoloniais e das lutas urbanas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE | urbanização, movimentos sociais, teoria urbana.

ABSTRACT | *The article examines the development of critical urban thought in Latin America, with a focus on Brazil, articulating historical, theoretical, and political dimensions. Drawing on currents such as Marxism and developmentalism, it analyzes the evolution of the urban question and the role of urbanization, industrialization, and social struggles in shaping cities. In this context, the EURE Journal is highlighted as a key platform for the production and circulation of Latin American critical thought, as evidenced by its long-standing contribution to the systematization of debates, analytical categories, and empirical studies over more than five decades. The text also addresses processes such as Urban Reform, the influence of the Cuban Revolution, and the emergence of urban social movements. Finally, it discusses the consolidation of the neoliberal and financialized city, emphasizing the need to renew critical thought through decolonial perspectives and contemporary urban struggles.*

KEYWORDS | urbanization, social movements, urban theory.

Recebido em 14 de agosto de 2025, aprovado em 3 de setembro de 2025.

E-mails: raquelrolnik@usp.br | cibeleles@uol.com.br | carlosvainer@ippur.ufjf.br | anaf@ufba.br

Apresentação¹

As cidades contemporâneas colocam desafios conceituais, políticos e culturais para o pensamento crítico e as forças engajadas em práticas contra-hegemônicas que apostam na construção de alternativas a um capitalismo que nos condena a profundas desigualdades e à destruição das condições materiais da existência humana. Enquanto agências multilaterais como o Banco Mundial e a Agência Habitat esterilizam o sentido original de conceitos como “direito à cidade” e “participação”, crescem – unificadas, localizadas ou segmentadas – as lutas contra múltiplas formas de violência, privatização e transformação das cidades em mercadorias e contra a financeirização de sua produção e gestão. Face à crise sistêmica e aos diagnósticos e “soluções” impostos pelas forças econômicas e tecnopolíticas dominantes, diferentes construções teóricas e políticas, de perspectiva democrática e emancipatória, nomeadas como pensamento crítico, parecem continuar titubeantes, à luz de confrontos urbanos, explosões multitudinárias ou resistências dispersas e embrionárias. Com uma imposição de novos lugares e papéis às classes trabalhadoras e o crescimento das lutas contra o racismo, o machismo, a homofobia e a destruição ambiental, em que medida seria possível resgatar o pensamento marxista que teria concebido a cidade principalmente como cenário da luta operária? Qual a contribuição que os marxismos e o pensamento crítico urbano, em particular latino-americano, podem trazer para enfrentar os desafios contemporâneos?

Estas são questões que pretendemos suscitar, a partir da leitura do processo de urbanização e suas lutas, bem como da produção intelectual e política sobre as cidades brasileiras, contribuindo para a discussão de agendas que possam desvendar caminhos conceituais e políticos, atualizando a perspectiva da revolução urbana, concebida originalmente por Henri Lefebvre, o que impõe um esforço para romper com a colonialidade do saber urbano, isto é, a transposição para os contextos periféricos de conceitos e teorias produzidas nos países centrais.

As questões acima, pensadas a partir do Brasil, adquirem ainda maior complexidade quando consideradas as cidades latino-americanas, em suas semelhanças e especificidades. Não cabendo no escopo do presente artigo esses desdobramentos, sinalizamos, a partir das publicações da *Revista EURE*, nos últimos 55 anos, contribuições que podem vir a ser exploradas para pavimentar esse necessário caminho.

Marxismo, desenvolvimentismo e cidade

Sem traçar uma historiografia paralela da cidade e do pensamento crítico/marxista sobre a cidade brasileira, cabe contextualizar o que, no início do século xx, se definia como condição periférica e dependente de uma sociedade recém-saída da escravidão. No período colonial, as cidades se constituíam em entrepostos, elos de conexão da economia primário-exportadora com o capitalismo mundial. Salvo

1 Alguns argumentos e passagens do presente texto foram publicados em C. Vainer, R. Rolnik, C. S. Rizek & A. Fernandes, *Cities and Marxist critical thinking. Reflections from Brazil*. Em F. Biagi (Ed.), *Reimagining Urban Marxisms. Rethinking Thinkers, Texts, and Challenges* (pp. 325-349). Routledge, 2025.

por fábricas têxteis e de alimentos surgidas no final dos anos 1890 em capitais regionais, os ensaios industrializantes durante os anos 1910-1920 e a emergência de um pequeno operariado fabril, sobretudo no centro sul, não seriam suficientes para alterar a realidade do país e das cidades. Entre os operários do período era expressivo o número de imigrantes europeus sob influência anarquista e socialista. As greves, em 1917 e 1919,² foram o ápice deste processo e acabaram fornecendo a base para a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, na esteira da vitória da Revolução Russa (1917) e do nascimento da Internacional Comunista (III Internacional em 1919).

Neste momento, a maioria das elites agrárias adotava uma posição de rejeição ao crescimento das cidades, vistas como fruto de um industrialismo e um urbanismo artificiais, que desviariam o país de sua vocação agrícola, a qual permitia aproveitar vantagens comparativas, como apregoavam os manuais econômicos liberais em que se inspiravam.

A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial provocarão um ciclo novo de substituição de importações. Impulsionando o êxodo rural e o crescimento urbano, tal processo se intensifica no pós-guerra, num contexto marcado pela hegemonia estadunidense, pela Guerra Fria e pelo combate ao subdesenvolvimento, anunciado por Harry S. Truman (Sachs, 1990) como resposta do novo *hegemon* às ameaças de avanço do comunismo nos países periféricos.

O desenvolvimentismo, com estatuto de teoria econômica e de ideologia, propugnava a superação do subdesenvolvimento mediante modernização das economias atrasadas, seguindo a trajetória dos países desenvolvidos, através dos processos de urbanização e industrialização. As cidades passavam a ser vistas como motor da modernização e seu crescimento demográfico seria um indicador de desenvolvimento. Desenvolvimento e desenvolvimentismo dominariam os projetos políticos e o debate intelectual nas correntes que rejeitavam a ortodoxia evolucionista do *vademecum* rostowiano:³ o pensamento produzido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁴ e a concepção dominante entre os marxistas, cuja maioria se reunia no Partido Comunista até o golpe militar de 1964.

A CEPAL defendia que o subdesenvolvimento latino-americano resultava de dois obstáculos: a inserção periférica – que submetia suas economias à deterioração dos termos de intercâmbio com os países industrializados – e uma estrutura dual, em

2 No século XIX ocorreram levantes e greves de trabalhadores livres e de escravizados em Salvador, Levante dos Malês (1835), Greve Negra (1857) e Rio de Janeiro: greve de escravizados (fábrica de pólvora, 1820), tipógrafos (1858), e paralisação de 600 trabalhadores livres e escravizados das oficinas do Visconde de Mauá.

3 As teses desenvolvimentistas numa perspectiva evolucionista, apontavam os países centrais como modelo a ser seguido pelos países “atrasados” (Rostow, 1960).

4 A resolução 106 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) teria criado a CEPAL para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina coordenando ações encaminhadas à sua promoção. Entre 1950 e 1960, constituiu-se um centro de estudos sobre a história e realidade latino-americana, desenvolvendo uma reflexão sobre o subdesenvolvimento e a dinâmica centro-periferia. Liderada por Raúl Prebisch, contou com Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Fajnzylber e Aníbal Quijano (Bielschowsky, 1998, 2000).

que conviviam uma economia e sociedade urbanas e em vias de industrialização, propensas ao desenvolvimento, e uma economia agrária atrasada, presa a relações sociais e políticas que se reproduziam na estagnação. Criticando Rostow, Furtado escreveu: “O subdesenvolvimento é (...) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham (...) passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1961, p. 180). A industrialização e a urbanização redefiniriam as relações com as economias centrais, modernizando o conjunto da sociedade, superando o dualismo estrutural e o subdesenvolvimento. A urbanização, vista como motor de transformações estruturais, desempenhava papel central nas concepções da CEPAL. Notável, neste sentido, a realização, em 1959, em Santiago do Chile, do *Seminar on Urbanization Problems in Latin America*, com o objetivo de identificar e diagnosticar os problemas urbanos e as relações entre urbanização, industrialização e desenvolvimento econômico. Em seu relatório final, prenunciando esforços posteriores do pensamento crítico latino-americano, os participantes advertem que o estudo das cidades do continente requer mais do que olhares que assimilassem doutrinas alheias, demandando investigação empírica e teórica que embasasse conclusões nem sempre idênticas àquelas apresentadas como universalmente válidas (Naciones Unidas, 1960). O relatório adverte que as orientações da ecologia urbana clássica de Chicago não deveriam ser aplicadas às nossas cidades, pois estas obedecem a princípios distintos (Naciones Unidas, 1960).

Herdeiros das concepções da III Internacional, o Partido Comunista e a maioria do campo marxista permaneciam convictos de que o Brasil se encontrava na etapa da revolução burguesa, nacional-democrática, cuja vitória permitiria derrotar dois dos inimigos do desenvolvimento das forças produtivas: o latifúndio e o imperialismo. No final dos anos 1950, estas teses seriam questionadas por correntes que consideravam que a revolução brasileira seria socialista, já que sociedade e economia já seriam capitalistas. O debate desconhecia a “questão urbana” e estava consagrado a escrutinar a história colonial e pós-colonial brasileira e analisar as relações de produção no campo – feudais, semi-feudais, capitalistas, semi-capitalistas?⁵ As cidades não chegavam a configurar um campo de estudo e discussão.

Após o golpe de 1964, a industrialização, o crescimento urbano e a transformação agrária sob a égide do agronegócio, ao lado da recepção e circulação de autores que retomavam e recolocavam no debate marxista a questão urbana, inauguram um novo momento. Tratava-se, então, de reconhecer e entender os mecanismos que engendram a crise das condições de existência das classes trabalhadoras, o comportamento político e as formas de integração ou marginalização de migrantes do campo em modernização. Nesta direção, multiplicaram-se estudos sobre renda fundiária urbana, meios de consumo coletivo e movimentos sociais urbanos, temas de uma nova produção marxista que se renovava, renovando também o debate sobre cidades.

Cabe então mencionar alguns dos textos publicados pela *Revista EURE* que ganham destaque: na abordagem da urbanização latino-americana e suas particularidades, os

5 O debate se desenvolveu em outros países latino-americanos. Ver, por exemplo, Guimarães (1964), Prado Junior (1966), Palmeira (1971) e Sampaio Junior (1997).

textos de Milton Santos (1974), “Subdesarrollo y polos de crecimiento económico y social”, e Rubén G. Oliven (1980), “Marginalidad urbana en América Latina”. Já sobre a retomada de categorias marxistas articuladas aos processos urbanos, podem-se mencionar, entre outros artigos publicados pela *Revista EURE*, os de Rosalba Todaro (1978), “La renta de la tierra: algunos antecedentes teóricos”, e de Manuel Castells (1973), “Movimiento de pobladores y lucha de clases en Chile”.

Revolução Cubana e Reforma Urbana

A turbulência latino-americana entre 1950 e 1960 implicaria na construção do pensamento crítico ancorado nos embates políticos, que problematizavam a realidade, os modos de compreensão e ação sobre as cidades.

A relevância continental e internacional, em plena Guerra Fria, da Revolução Cubana de 1959, desestabilizou a *Pax Americana*, feita de golpes e intervenções militares,⁶ anunciando a possibilidade de um novo regime econômico, social e político no continente. Muitos autores se referem a ela indicando uma ruptura na história do marxismo latino-americano, marcada pela superação da estagnação stalinista e dos dogmas da III Internacional, pela ativação de ações de massa e renovação de utopias.⁷ Todo um continente se viu afetado pela experiência cubana: países com histórias e estruturas sociais e econômicas análogas, combates antiditatoriais e anti-imperialistas comuns, além da inserção na disputa geopolítica. A vitória revolucionária, seu caráter igualitário e orientado ao socialismo desafiava concepções dominantes na esquerda. A legitimação da heterodoxia política e ideológica permitia uma agregação de setores políticos favoráveis a suas iniciativas. Ao mesmo tempo, movimentos conservadores se organizavam para combatê-las.

Para as cidades, a Revolução Cubana radicalizava a bandeira da Reforma Urbana (Fernandes, 2019; Haddad, 1961 em Fridman, 2014), com uma tripla problematização. Em primeiro lugar, derivava e se compatibilizava com a ideia de reforma agrária, tratando do regime de propriedade da terra, das condições de produção e de vida nas cidades, a partir da habitação. O Programa de Moncada, de 1953, como estratégia para a expansão do programa revolucionário, considerava a habitação como um dos setores que demandavam intervenção imediata.⁸ Vitoriosa a revolução em janeiro de 1959, a Lei de Reforma Urbana foi aprovada em outubro de 1960, sendo a expropriação de imóveis urbanos uma de suas principais medidas. O primeiro artigo estabelecia que “toda família tem direito a uma moradia digna”, expressando um acúmulo teórico-político de combate à especulação e exploração

6 Note-se o levante nacionalista de Porto Rico (1950) e os golpes de estado na década: Colômbia (1953, 1957), Paraguai (1954), Guatemala (1954), Brasil (1954-1955), Argentina (1955), Honduras (1956) e Venezuela (1958).

7 Ver o “cuba-utopismo” em Hobsbawn (2017) e também a abordagem de Sader (1991).

8 “Tan grave o peor es la tragedia de la vivienda” (Castro, 1953, p. 37 em Trefftz, 2011, p. 25).

imobiliária e fundiária e à pobreza nas cidades.⁹ Enfrentava-se a especulação imobiliária e fundiária, transformando locatários em proprietários, estabelecendo caminhos para a produção de habitações para as classes trabalhadoras. Estavam previstas a proibição de locação e arrendamento e a elaboração de um plano que assegurasse o direito à moradia, no curto, médio e longo prazos. Para a gestão do processo criaram-se Conselhos de Reforma Urbana: o Conselho Superior de caráter nacional e permanente – e os provinciais de caráter temporário.

Em segundo lugar, essa lei era parte do que Fidel Castro chamou, em 1960, de passagem para o período revolucionário. A aprovação da Lei de Reforma Urbana marcava a conclusão do processo reformista em Cuba e a *Declaración de La Habana*, em 2 de setembro de 1960, seria a base de um período de lutas, que culmina com a Declaração Socialista em abril de 1961.

Em terceiro lugar, ao colocar a perspectiva revolucionária e anti-imperialista no imaginário de setores populares e nas estratégias das esquerdas latino-americanas, a Revolução Cubana mobilizava diferentes sujeitos políticos e acirrava o embate geopolítico entre potências. Em 1961, como resposta direta à “ameaça comunista” e em contraponto à bandeira da Reforma Urbana Cubana, os EUA lideram, no âmbito da Operação Pan-Americana, a formalização da Aliança para o Progresso, através da *Carta de Punta del Este* de 1961, prevendo medidas voltadas ao saneamento, moradia e serviços urbanos. O direito à habitação, enquanto solução de mercado e incentivo à casa própria, se destacava no discurso de John F. Kennedy no lançamento do programa, em abril de 1961. Ainda subsumida à questão e à reforma agrária e seus embates, a questão urbana e a bandeira de Reforma Urbana começavam a se espalhar no continente, buscando responder aos rápidos processos de urbanização. O Brasil parece ter sido um dos primeiros a adotar a bandeira da Reforma Urbana após Cuba.

Esta bandeira, no caso brasileiro, é uma categoria da prática política e sua formulação suscitou ampla discussão pública. Com as reformas agrária, educacional, tributária, bancária e administrativa, a Reforma Urbana integrava a plataforma de Reformas de Base, unificando partidos de esquerda e centro-esquerda, movimentos e organizações populares, processo interrompido pelo golpe de 1964.

Pelos interesses envolvidos, não surpreende que a bandeira da Reforma Urbana tenha sido disputada entre setores progressistas e conservadores no Brasil. Estes restringiam sua “reforma” ao estímulo à produção via mercado, rejeitando quaisquer processos regulados e democráticos de produção da cidade. A função social da terra e da habitação, as formas de indenização em caso de desapropriação, além de outros instrumentos de regulação eram temas sensíveis, porque colocavam em xeque o direito à propriedade.

A partir da repercussão da vitória cubana, em julho de 1963, ganhava destaque o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, que formularia uma definição progressista e reformista da Reforma Urbana: um “conjunto de medidas estatais, visando

9 A iniciativa cubana manifestava diálogo com experiências revolucionárias, como a da Revolução Boliviana de 1952, cuja lei de 1954 previa medidas de expropriação para terrenos desocupados (Decreto Supremo 3819, 27 de agosto de 1954). A mensagem de Estenssoro de 1955 mencionava explicitamente a reforma urbana (Viveiros, 2024).

à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (Instituto de Arquitetos do Brasil, 1963, p. 19).

O golpe de estado interrompeu as lutas e debates públicos sobre a Reforma Urbana. Mas a ditadura criou, em 1965, o Banco Nacional de Habitação (BNH), para financiar a aquisição da casa própria por trabalhadores de baixa renda¹⁰ com a convicção, expressa pelo Ministro do Planejamento, Roberto Campos, de que “o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (Campos, 1966, p. 20).

A Reforma Urbana progressista entra em hibernação, com a asfixia do ambiente político. Herdeira de movimentos por cidades mais justas, voltou a ser pauta de debates acadêmicos e movimentos sociais urbanos no final dos anos 1970, como parte das lutas pela redemocratização do país.

Respeito do movimento da Reforma Urbana, pode-se também assinalar algumas das publicações presentes na *Revista EURE*, entre as quais os textos de Edésio Fernandes (2010), “Notas sobre el proceso de implementación de la agenda para la reforma urbana en Brasil”, e de Rérisson Máximo e Luciana Royer (2021), “La reforma urbana en Brasil y su semántica”.

Novas lutas, novas cidades... E a(s) teoria(s)?

A cidade volta à agenda política e teórica nos anos 1970 como resultado de três fatores. Em primeiro lugar, a centralidade do crescimento urbano e metropolitano, revelado pelo Censo Demográfico de 1970, indica que o caráter da sociedade brasileira era urbano, marcado pela expansão do capital imobiliário-fundiário especulativo, pelas péssimas condições de moradia nas favelas e loteamentos periféricos, pela escassez e precariedade dos serviços públicos. Segundo, assiste-se à reemergência das lutas urbanas como parte das lutas democráticas em todo o país. Terceiro, a repercussão dos debates que, na França, recolocaram a questão urbana na pauta da literatura marxista.

Os debates da Sociologia Urbana Francesa¹¹ ecoariam fortemente no Brasil a partir dos diálogos entre os países, intensificados pela presença de intelectuais brasileiros refugiados em solo francês no período ditatorial. As formulações relativas ao “direito à cidade”, à sociedade urbana em escala planetária, às perspectivas da revolução urbana, estimulariam a reelaboração das noções da obra de Henri Lefebvre (2008), promovendo, entre estudantes e intelectuais, estudos e debates em torno das questões e dimensões do urbano. A edição brasileira do *O Direito à Cidade* é de 1969, logo após seu lançamento na França.

10 Em 1986, o extinto BNH havia consagrado 2/3 de seus financiamentos a imóveis para as camadas de renda média e média alta (Rolnik, 2009).

11 Topalov se refere a um grupo de pesquisadores que foram reconhecidos como Escola Francesa de Sociologia Urbana Marxista (Gomes, 2023).

Henri Lefebvre publicou o livro *Le droit à la ville (O direito à cidade)* poucos meses antes da eclosão do Maio de 68. Seu objetivo era trazer à tona as questões relativas à cidade e a realidade urbana, inserindo-as no âmbito da agenda política. Além de apontar o colapso urbano do planejamento racionalista e da gestão técnico-científica da cidade diante do duplo processo industrialização/urbanização, Lefebvre destaca a perversa regulação urbanística por parte do Estado e, sobretudo, a predominância generalizada da mercadoria a partir de relações econômicas de dominação, onde a cidade convertera-se em produto de consumo, graças ao “duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar” (...). Na perspectiva do filósofo, o *direito à cidade* não poderia se reduzir à defesa de condições mínimas de acesso e figuração social. Para além destas garantias juridicamente constituídas, tratar-se-ia do direito intrínseco que todo homem detém de transformar democraticamente o espaço onde vive – a cidade como obra – distanciando-se das predominantes operações de comércio do espaço público, que por sua vez, apresentara-se como mercadoria pautada na lastimável tônica do “valor de troca” sobre o “valor de uso”. (Universidade Federal da Bahia, s.f.)

Enfoques elaborados a partir das contribuições de Castells (1983), Lojkin (1981), Topalov (1979) e Lipietz (1977), trariam temas e discussões para o contexto brasileiro, num momento de ditadura, que agravava as condições de privação da população urbana. O debate acadêmico se encontrava com a politização e problematização da cidade, numa guinada espacial e urbana que marcaria o período de resistência e, posteriormente, a transição democrática.

Os diálogos com as contribuições francesas propiciavam reelaborações e enfrentamentos com um certo marxismo enredado em noções de cientificidade, determinismos e economicismos, pouco permeáveis à ação de sujeitos concretos; buscavam-se respostas a partir de um olhar voltado para a ação de sujeitos que “fazem a história” e a fazem em condições determinadas.¹² O esforço de pensar criticamente a cidade do capital se desdobrava na sua leitura como campo de conflitos, recuperando teorias, fazendo ressoar modos de reelaboração e compreensão das nossas questões urbanas, entre autores da tradição crítica brasileira. Essas releituras não eram consensuais e passariam a matizar o pensamento das ciências humanas brasileiras a respeito do urbano e da cidade. O que enriquecia os horizontes teórico-conceituais não raro obscurecia as especificidades de nossa formação social e espacial e suas tessituras urbanas, formas de segregação e dinâmicas que imbricavam os processos de acumulação e reprodução da força de trabalho, crescentemente conformada como populações a serem geridas e governadas.

A esta altura, é importante recuperar esses ecos, por exemplo, nas abordagens da produção acadêmica de Kowarick (1975, 1979). Dialogando com as contribuições provenientes do exterior, elaborou a noção de espoliação urbana, reconhecendo a vida e a dinâmica dos trabalhadores na cidade como indispensável para a compreensão dos processos sociais e políticos, em associação com processos de exploração

12 “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 23).

do trabalho ou nas tentativas de compreender os “lugares” e seus conteúdos de classe, nas facetas urbanas dos movimentos sociais. Esses processos resultaram em vasta coleção de volumes e textos clássicos dos estudos urbanos de inspiração marxista no Brasil, tendo como ponto de partida as condições de vida e de trabalho na maior cidade e centro econômico do país – São Paulo. Impõe-se hoje problematizar enfoques voltados principalmente para a região Sudeste como índice da realidade urbana brasileira, ampliando as leituras de centros regionais que explicitem especificidades de centros urbanos no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, face à complexidade da questão urbana no Brasil.

Esses temas também estariam presentes em publicações da *Revista EURE*, com destaque para Fernando Henrique Cardoso et al. (1971), “Consideraciones sobre el desarrollo de São Paulo: cultura y participación”; Lúcio Kowarick (1994), “Investigación urbana y sociedad: comentarios sobre nuestra América”; e Sergio de Azevedo e Antonio Augusto Pereira Prates (1995), “Movimientos sociales, acción colectiva y planificación participativa en el Brasil”.

Favelas, periferias, pobreza, desigualdades explicitam interdições, privações, urgências, violências as mais diversas, fazendo da sobrevivência uma tarefa imperativa. Esses são eixos da reflexão sobre as chamadas especificidades brasileiras. Tratava-se de pensar as classes sociais, seu desenho, suas expressões urbanas, suas determinações e especificidades vinculadas à história da colonização e à permanência do que hoje designamos como colonialidade. Entrelaçavam-se os temas relativos à produção do espaço urbano às suas determinações, mas também às suas especificidades, que receberam diversas nomeações como a aproximação da pobreza com marginalidade urbana. Há muitos estudos que se voltavam para uma pobreza e uma desigualdade nomeadas como marginais e urbanas, à luz do vocabulário da CEPAL e de uma sociologia em busca de explicar as especificidades latino-americanas, tendo como ancoragem a dependência e o subdesenvolvimento. Para Furtado, a noção de dependência remete à subordinação econômico-política que se articula ao espaço interno de dominação e à marginalização social derivada da capacidade tecnológica reduzida e a impossibilidade de crescimento endógeno. O Estado seria a arena social e política para a superação desses impasses (Furtado, 1972; Leão et al., 2017). Essa concepção emoldurava as desigualdades e se relacionava com as chamadas dimensões estruturais do subdesenvolvimento plasmadas pela noção de terciário inchado que absorveria os que não tinham lugar na dinâmica industrial vista como fonte e lugar de integração. Integrar-se seria, pelo assalariamento, se inserir numa dinâmica industrial regulada pela carteira de trabalho, em suas dimensões normativo-legais. O ingresso numa sociedade de classes por meio do trabalho formal teria como corolário a cidade formal. Seu corolário poderia ser pensado como incorporação à cidade legal e regulada, normativamente lida como modo de integração e ascensão sociais. As dicotomias formal/informal, legal/ilegal teriam fornecido uma grade de leitura para a pobreza e para o seu desenho socioespacial nas cidades brasileiras e latino-americanas.

Na década de 1970, essas concepções começaram a passar por forte crivo crítico, assim como o conjunto de teorizações ancoradas na noção de dependência e marginalidade. Oliveira (2003), com a *Crítica à razão dualista* de 1972, questionou a

noção de marginalidade e suas leituras, assim como a dualidade estrutural, como expressão do atraso. Para Oliveira e para muitos outros autores, como Paul Singer, pensar a cidade é pensar o país (Rizek, 2019). Oliveira rompia com consensos, apontando que o “atraso” constituía condição das formas de reprodução do capital numa “espécie de acumulação primitiva” que identificava então nas especificidades brasileiras, desafiando a produção das teorias da dependência latino-americanas, como concepções de Fernando Henrique Cardoso que via no golpe de 1964 a irrupção da Revolução Burguesa no Brasil.

À medida que avançava a inacabada transição democrática, foi ficando cada vez mais claro que as especificidades da produção do espaço urbano no Brasil não poderiam ser confinadas às matrizes do subdesenvolvimento – o desenvolvimentismo compreendido como urbanização e industrialização, inserção dos migrantes rurais no mercado formal e, por seu intermédio, numa sociedade salarial à semelhança dos países no Norte, tendo por horizonte o Estado de Bem-estar.

A conformação de lutas urbanas de caráter crescentemente popular – mães contra carestia, luta por creches, transporte público, moradia, defesa das favelas e dos favelados, movimentos de saúde, associados ou não aos movimentos sindicais e às greves – impunha o desafio de pensar os movimentos sociais. A *classe operária* vai se transmutando em *classes trabalhadoras* ou classes populares, ou mesmo, ao longo dos anos 1980, em novos personagens que entram em cena (Sader, 1988). Reunidos em pontos de confluência nas periferias e favelas, nas igrejas, nas comunidades eclesiais de base, construía crescentemente os espaços populares como espaços de participação e de luta por direitos, desenvolvendo formas de sociabilidade e associação politizadas, cujos eixos eram a democratização das cidades e do país, a rejeição das formas clássicas de uma tradição política que desqualificava os conflitos, colocando “cada um no seu lugar”, e as redes de controle social fundadas nas trocas clientelísticas.

Se, ao final dos anos 1950, o seminário organizado pela CEPAL colocava em dúvida a capacidade de desvendar nossa realidade urbana à luz Escola Sociológica de Chicago, nos anos 1970, o pensamento urbano crítico brasileiro, fortemente referenciado no marxismo, rejeitou a vulgata ortodoxa e enfrentou teoricamente o pensamento cepalino e os fundamentos das teorias dominantes – dualismo estrutural, atraso, marginalidade – em que se fundavam os projetos desenvolvimentistas.

Cidade neoliberal e financeirizada

Nos anos 1970, o Chile renunciava o Consenso de Washington a que adeririam os países latino-americanos (México em 1982, Argentina em 1989, entre outros). No Brasil, o neoliberalismo foi tardio. Os anos 1980 foram dominados pelos embates da transição democrática negociada com os próprios militares, concluída pela aprovação da Constituição de 1988. Na transição democrática, movimentos sociais organizados nas periferias e favelas, acadêmicos e profissionais de várias áreas participaram das lutas pelo fim da ditadura, retomando a ideia e o projeto de Reforma Urbana. Essas lutas conquistaram, graças a uma emenda popular, a incorporação à Constituição de um capítulo de política urbana em torno da noção de função social

da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre esta política. A fórmula final, negociada no interior da Assembleia Constituinte, determinava a necessidade de uma legislação federal regulamentando o dispositivo constitucional através de instrumentos de manejo do solo urbano e elaborando planos diretores locais que concretizariam as novas concepções. Os embates em torno dos planos diretores e da regulação urbanística de forma geral constituíram uma das arenas principais de conflito e ação na direção da “reforma urbana” (Rolnik, 2009).

Nos anos 1990, explicitava-se o esgotamento do modelo centralista-tecnocrático-autoritário de planejamento vigente ao longo dos 24 anos de ditadura. A esquerda reivindicava intervenção estatal baseada na elaboração participativa de políticas urbanas que democratizassem a gestão das cidades e a inclusão territorial dos espaços populares autoproduzidos. No campo dos estudos urbanos críticos o conceito de “inclusão” dialogava com a produção de intelectuais franceses (Castel, 1998; Paugam, 1996) em torno das categorias de vulnerabilidade, advindas das transformações no mundo do trabalho. Toda uma produção brasileira construía metodologias de leitura urbanas de acordo com esta matriz, produzindo mapas de inclusão/exclusão (Sposati, 1996). A direita abraçaria o pensamento neoliberal, atacando o modelo estatista e reivindicando mais liberdade para as dinâmicas do mercado. As políticas neoliberais impactariam as cidades e metrópoles, gerando desemprego, precarização do trabalho e agudização das assimetrias econômicas e sociais. O “ajuste estrutural”, propugnado pelas agências multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), contemplava a reforma do Estado, privatização de empresas estatais e serviços públicos e redução da intervenção nos mercados urbanos. Essa flexibilização das normas urbanas e primazia das lógicas de mercado vinham acompanhadas do discurso de participação e revalorização da sociedade civil – renomeada e ressignificada como Terceiro Setor (Dagnino, 2002).

Sob a vigência do consenso keynesiano e do bem-estar social, a cidade deveria ser conduzida pelo Estado, através de um planejamento que atendesse às necessidades dos processos de produção e reprodução, racionalizando espaços através de planos diretores e zoneamentos. Com o Consenso de Washington, a cidade flexível e desregulada passa a ser objeto e espaço de valorização do capital sem mediações.

Cabe aqui destacar sobretudo o tema das desigualdades socioespaciais discutido por inúmeras publicações da *Revista EURE*. Seu caráter estrutural, expresso na fragmentação e segregação das cidades, suas persistência e reconfigurações, bem como o modo como inspiraram políticas urbanas, estas questões foram tratadas por John Redwood III (1975) em “La distribución espacial del desarrollo económico reciente en Brasil”; por Edmond Preteceille e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (1999) em “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”; por Suzana Taschner e Lucia Bógus (2001) em “São Paulo, uma metrópole desigual”; por Francisco Sabatini, Gonzalo Cáceres e Jorge Cerda (2001) em “Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción”; por Michael Janoschka (2002) em “El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización”; e

por Inaiá M. M. De Carvalho (2006) em “Globalização, metrópoles e crise social no Brasil”.

As tensões – e combinações – entre as duas críticas sobre o modelo de produção da cidade (a neoliberal e a articulada em torno da Reforma Urbana) foram formuladas teoricamente e implementadas através da presença crescente dos partidos democrático populares e através da guinada neoliberal dos partidos social democratas, semelhante à dos partidos europeus. Datam deste período as experiências de orçamento participativo (Azevedo & Prates, 1995; Magalhães et al., 1999) mas também a elaboração de planos estratégicos, com introdução de perímetros de excepcionalidade, como as operações urbanas (Fix, 2001, 2009; Vainer, 2000).

Embora a crítica às práticas dominantes apontasse novas direções, ainda prevalecia um padrão de territorialização dos pobres em favelas e assentamentos periféricos, com infraestrutura incompleta, dependente da ação discricionária do poder público, já que não se enquadram nas normas urbanísticas. O planejamento urbano e sua linguagem imobiliária, centrais na constituição desses espaços ambíguos, forneceriam episteme e instrumentos para demarcar fronteiras cambiantes entre norma e exceção, promovendo a distribuição subalternizada de benefícios e investimentos, condenando bairros inteiros a viver sem água encanada e esgoto por décadas, conformando territórios nos quais quadrilhas criminosas e “forças da ordem” denegam – sobretudo a jovens negros – o direito à cidadania e o direito à vida. Essa institucionalização, expressa na priorização das batalhas eleitorais e disputas legais pela regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à questão urbana, desembocou na aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 20.257/2001), que consagrava a composição entre reivindicações oriundas dos movimentos – função social da propriedade, instrumentos urbanísticos de regulação – e as demandas do capital, essencialmente operações urbanas realizadas como espaços de exceção no interior dos planos diretores.

Esta situação alimenta contraditoriamente a continuidade de lutas e mobilizações locais por infraestrutura e serviços que datam dos anos 1970 e a captura destas demandas e seu atendimento através de práticas de patronagem-clientela operadas nas disputas eleitorais do processo de redemocratização. A lógica da competição político-partidária penetraria nas estratégias, práticas organizacionais e cultura política dos movimentos. Partidos de esquerda ou de direita, oriundos do movimento sindical e popular, assim como os velhos “caciques” locais, competiriam pelo voto popular e lidariam com as demandas de movimentos e de parcelas não organizadas do eleitorado. Os anos 1990 seriam marcados por movimentos interrelacionados de captura e enquadramento das lutas populares: o fortalecimento da relação de patronagem/clientela, fruto do crescimento das máquinas político eleitorais no interior da própria esquerda; e a institucionalização da luta pela reforma urbana no interior do campo do planejamento urbano, através das estratégias do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Estes movimentos ajudam a compreender a progressiva perda de vitalidade dos processos de democratização do governo das cidades (Rolnik, 2009).

Num contexto de afirmação progressiva da agenda neoliberal, as resistências emergiram de várias formas, tensionando os limites da ordem urbanística, como no caso da criação Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Em confronto com

a lógica do mercado imobiliário, as ZEIS foram pensadas, nos anos 1990, como espaços de ruptura com a ambiguidade, “zonas liberadas” das normas, territórios autônomos estabelecidos por e para os que ali vivem, estabelecidas em conformidade com os saberes e artefatos técnicos disponibilizados através de projetos e pactos colaborativos. Absorvidas pela retórica dos planejadores, previstas por centenas de planos diretores, seu destino foi diverso daquele imaginado pelos reformadores dos anos 1990. Não escaparam à “flexibilização” e frequentemente são desconhecidas ou desconstituídas para dar lugar a grandes projetos e operações, como no ciclo de realização dos megaeventos esportivos. A esse respeito também cabe destacar a Copa FIFA, em 2014, e as Olimpíadas do Rio, em 2016. Os megaeventos esportivos foram objeto de análise em alguns trabalhos publicados pela *Revista EURE*, como em “Uma análise histórico conceitual dos megaeventos esportivos e seus desdobramentos na cidade contemporânea”, de Marcelo Andreoli e Tomas Moreira (2015).

Este ciclo também trouxe à tona as contradições da cidade neoliberal “flexível”, expressando a emergência de sujeitos políticos pouco visíveis anteriormente: os movimentos negros, antirracistas, feministas, LGBT, socioambientais e indígenas. As resistências às remoções, as lutas por transporte público acessível, de qualidade, somadas a insatisfações com a precariedade de serviços públicos e a violência cotidiana de raça e gênero convergiram em manifestações maciças de junho-julho de 2013 (Rolnik, 2013).

A cidade de 2013 não era mais a dos anos 1970. Embora injusta e perversa, a cidade neoliberal tornava anacrônicas categorias e esquemas teóricos que alimentaram a crítica urbana do século XX e inspiraram movimentos que conformariam a plataforma de Reforma Urbana.

A resposta crítica brasileira caminharia em quatro vertentes. A primeira está no confronto com autores do pensamento progressista europeu e estadunidense que, mesmo oriundos da crítica marxista, rejeitando o caráter autoritário e tecnocrático do planejamento normativo, aderiam a modelos empresariais e competitivos de cidade e de plano (Borja & Castells, 1997).

A segunda, em diálogo com o pensamento crítico internacional que buscava interpelar esta nova cidade, surgia do enfrentamento dos megaeventos esportivos e das manifestações de junho de 2013, evidenciando que as cidades estavam impactadas pelas finanças globais que tomaram conta dos processos de reestruturação territorial urbana.¹³ Este novo poder colonial ocupa as cidades, espacializa-se em paisagens que garantem um fluxo de remuneração futura relacionado ao lugar. Se a associação entre finanças e produção não é nova, são novos os instrumentos de titularização, da possibilidade de transformar objetos fixos em papéis abstratos, “ativos” que representam a renda futura vinculada à localização. A massa de capital excedente que circula mundialmente na velocidade dos dispositivos digitais, potencializou a escala desta associação: se o caráter fixo e imóvel do espaço ainda representava uma barreira para o controle das finanças, quotas de fundos imobiliários, certificados de recebíveis e securitização de hipotecas permitem a circulação quase infinita

13 Ver diálogo com autores da geografia crítica estadunidense, como Neil Smith, Neil Brenner e David Harvey, além da produção presente na revista *Antipode* (Peake & Sheppard, 2014).

desses bens, sem que sejam individualizados ou saiam do lugar. Também permitem a movimentação rápida de capitais sem pesados custos de transação e manobras cartoriais. Assim, a própria cidade, desmaterializada, passa a circular, por meio de tecnologias e fluxos de informação, como puro valor, como expectativa futura de valor. Projetos de reestruturação urbana e de infraestrutura crescentemente são definidos e modelados a partir desta perspectiva, inclusive a própria política social, em particular habitacional (Rolnik, 2019). A respeito desses processos e suas implicações foram publicados pela *Revista EURE*, entre outros, os trabalhos seguintes: “Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo”, de Marina Montenegro e Fabio Contel (2017); e “Planejamento reformista-progressista, instrumentos urbanísticos e a (re)produção do espaço em tempo de neoliberalização. Uma exploração a partir do caso de São Bernardo do Campo (São Paulo)”, de Cláudia Virginia Cabral de Souza et al. (2020).

A terceira vertente remete ao diálogo com o pensamento latino-americano contemporâneo que interpela a colonialidade do saber e do poder, que instaurou um modelo de pensamento social e de cidade, a partir de epistemologia capitalista, construída a partir de hierarquias geopolíticas e de marcadores de gênero e de raça. A crítica descolonial tensiona o pensamento crítico urbano, desafiando-o a superar sua colonialidade, seus próprios modelos de cidade (Lander, 2020).

A quarta vertente é a incorporação de novos sujeitos coletivos que se somariam aos tradicionais movimentos por moradia, saneamento e serviços públicos. Estes movimentos impõem a renovação e ampliação dos horizontes das ciências sociais que poderão contribuir para o reconhecimento da relevância dos grupos culturais que se multiplicam nas favelas e periferias, nos movimentos contra a violência racista, machista e homofóbica, nas redes de solidariedade que explodiram com a pandemia. As vozes destes novos sujeitos nas lutas urbanas conquistam espaço e legitimidade, abrindo um universo de possibilidades para o pensamento crítico urbano. Ganham espaço social suas formas de ser, pensar e agir, questionando as lacunas deixadas pelo marxismo, muitas vezes incapaz de perceber esses novos sujeitos e potencialidades contra-hegemônicas.

Conclusões

O pensamento crítico, inclusive marxista, sobre a sociedade e as cidades brasileiras foi marcado por tensões permanentes. O esforço para ler nossas realidades com categorias, conceitos e esquemas analíticos produzidos por intelectuais do centro do capitalismo implicava em limitações à produção de uma reflexão que interpelasse o mundo das relações e práticas concretas que fazem nossa cidade real. Apesar das condições de inserção periférica e dependente da sociedade e da universidade brasileiras e não obstante a formação eurocêntrica de nossos intelectuais críticos, entre os quais estamos incluídos, é possível reconhecer um esforço continuado para superar essas “ideias fora do lugar” (Maricato, 2000; Schwarz, 1977), de modo a dar conta das singularidades históricas e urbanas. Problemática bastante desafiadora, ela foi tratada também em artigo da *Revista EURE* por Carlos Brandão (2022), em “El campo de los estudios urbanos y regionales desde el Sur: anotaciones acerca de los

desafios teóricos y las posibilidades de una reconstrucción teórico-metodológica crítica en la periferia del capitalismo”. Essas elaborações e leituras, submetidas a hierarquias acadêmicas e políticas, não transpuseram os limites da América Latina e, mesmo, do país. Assim o conhecimento e a crítica da cidade estiveram sempre tensionados pela colonialidade do saber e do fazer urbanos e pelas dificuldades de sua superação teórica e política.

Desde os anos 1970, quando ressurgiram lutas urbanas, ao lado das lutas operárias e camponesas unidas pelo fim da ditadura militar, professores universitários e intelectuais produziram conhecimento crítico sobre as cidades, colaborando com associações de moradores e organizações. Mais que solidariedade, travavam-se diálogos em que as experiências e lutas dos bairros populares acabavam provocando temas e questões que alimentaram a produção de conhecimento. Os esforços de elaboração acerca da questão urbana contemporânea são desafiados então, principalmente, pelas realidades e lutas concretas. Professores e estudantes, coletivos, cooperativas, associações, se cruzam em fóruns de debate e de ação. Este processo deu início a um conjunto de novas ideias e práticas que envolvem outros modos de pensar e de produzir moradias e territórios, desde as experiências pioneiras¹⁴ até formas contemporâneas de autogestão. Com o esvaziamento do planejamento participativo, por vezes capturado pelo complexo imobiliário-financeiro, comunidades em luta disputam e por vezes superam essa pauta. Mobilizações contra remoções, ocupações de terrenos ou imóveis elaboram seus próprios planos e projetos de ocupação, numa perspectiva de autogestão que afirma a autonomia dos sujeitos coletivos (Oliveira et al., 2016).

Este parece ser o melhor caminho para a superação da colonialidade no pensamento e nas proposições urbanas. Além da incorporação do planeta ao controle econômico e político dos grupos dominantes nos países centrais e seus aliados locais, a colonialidade aciona categorias e modelos a partir de uma hierarquização de nomeações, identidades, culturas e perspectivas cujo centro é uma epistemologia branca, europeia, patriarcal e capitalista, elaborada sob a égide de uma distribuição fortemente assimétrica de meios de produção e difusão de conhecimentos, naturalizando subordinações, inclusive a intelectual.

Como seu avesso, apontamos um conhecimento ancorado no engajamento nas lutas, na construção de sujeitos coletivos, saberes empunhados por aqueles que são explorados, oprimidos, discriminados, violentados, os únicos capazes de elaborar novas utopias urbanas libertárias e igualitárias e conquistar, de fato, o direito à cidade, entendida como bem comum e lugar do *buen vivir*.

14 Brás de Pina foi uma experiência pioneira de urbanização de favela formulada com seus habitantes, conduzida pelo professor universitário, arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos (Santos, 1981).

Referências bibliográficas

- Andreoli, M. & Moreira, T. (2015). Uma análise histórico conceitual dos megaeventos esportivos e seus desdobramentos na cidade contemporânea. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 41(123), 289-307. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612015000300012>
- Azevedo, S. d. & Prates, A. A. P. (1995). Movimientos sociales, acción colectiva y planificación participativa en el Brasil. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 21(64), 103-120. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1152>
- Bielschowsky, R. (1998). Evolução das ideias da CEPAL. *Revista da CEPAL*, (número extraordinário).
- Bielschowsky, R. (Org.). (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (2 vols.). Editora Record.
- Borja, J. & Castells, M. (1997). *Local and Global. The Management of Cities in the Information Age*. United Nations Centre for Human Settlements (Habitat), Earthscan Publications Ltd.
- Brandão, C. (2022). El campo de los estudios urbanos y regionales desde el Sur: anotaciones acerca de los desafíos teóricos y las posibilidades de una reconstrucción teórico-metodológica crítica en la periferia del capitalismo. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 48(144), 1-22. <https://doi.org/10.7764/EURE.48.144.08>
- Cabral de Souza, C.-V., Klink, J. & Denaldi, R. (2020). Planejamento reformista-progressista, instrumentos urbanísticos e a (re)produção do espaço em tempo de neoliberalização. Uma exploração a partir do caso de São Bernardo do Campo (São Paulo). *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 46(137), 203-223. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612020000100203>
- Campos, R. (1966). *Plano Nacional de Habitação. Vol. 2*. Seminário promovido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo e pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).
- Cardoso, F. H., Ferreira De Camargo, C. P. & Kowarick, L. (1971). Consideraciones sobre el desarrollo de São Paulo: cultura y participación. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 1(3), 43-68. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/827>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Editora Vozes.
- Castells, M. (1973). Movimiento de pobladores y lucha de clases en Chile. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 3(7), 9-35. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/834>
- Castells, M. (1983). *A questão urbana*. Paz e Terra.
- Dagnino, E. (Org.). (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Paz e Terra.
- De Carvalho, I. M. M. (2006). Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 32(95), 5-20. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612006000100001>
- Fernandes, A. (2019). Reforma Urbana no Brasil: inquietações e explorações acerca de sua construção enquanto campo e enquanto política. Em M. C. da Silva Leme (Org.), *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960* (pp. 63-98). Annablume.
- Fernandes, E. (2010). Notas sobre el proceso de implementación de la agenda para la reforma urbana en Brasil. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 36(109), 143-159. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612010000300006>

- Fix, M. (2001). *Parceiros da exclusão. Duas histórias de construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. Boitempo.
- Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, 22(55), 41-64. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100003>
- Fridman, F. (2014). Notas sobre o planejamento no período João Goulart. *Urbana*, 6(8), 96-128.
- Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1972). *Análise do ‘modelo’ brasileiro*. Editora Civilização Brasileira.
- Gomes, N. P. (2023). *Christian Topalov*. CENTRAL – Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade. <http://www.central.ccs.puc-rio.br/wp-content/uploads/2023/03/Entrevista-Topalov.pdf>
- Guimarães, A. P. (1964). *Quatro séculos de latifúndio*. Editora Fulgor Ltda.
- Hobsbawn, E. (2017). Perspectivas cubanas (1960). Em L. Bethell (Org.), *Viva la revolución. A era das utopias na América Latina* (pp. 39-44). Companhia das Letras.
- Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). (1963). s.HRU Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Revista Arquitetura*, (15), 17-24.
- Janoschka, M. (2002). El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 28(85), 11-29. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612002008500002>
- Kowarick, L. (1975). *Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina*. Paz e Terra.
- Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. Paz e Terra.
- Kowarick, L. (1994). Investigación urbana y sociedad: comentarios sobre nuestra América. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 20(59), 37-45. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1083>
- Lander, E. (Ed.). (2000). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO.
- Leão, I. Z. C. C., Ogama, D. F. d. O & Bilicki, S. (2017). Cepal, Furtado, Kowarick e o debate sobre o mercado de trabalho. *Economia e Sociedade*, 26(3), 539-559. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n3art1>
- Lefebvre, H. (2008). *O Direito à Cidade* (5ª ed.). Editora Centauro.
- Lipietz, A. (1977). *Le Capital et son espace*. Ed. F. Maspero.
- Lojkin, J. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. Ed. Martins Fontes.
- Magalhães, I., Barreto, L. & Trevas, V. (Orgs.). (1999). *Governo e cidadania. Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Maricato, E. (2000). As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. Em O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato, *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos* (pp. 121-192). Editora Vozes.
- Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo.
- Máximo, R. & Royer, L. (2021). La reforma urbana en Brasil y su semántica. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 47(140), 143-158. <https://doi.org/10.7764/EURE.47.140.07>
- Montenegro, M. & Contel, F. (2017). Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 43(130), 115-139. <http://doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115>

- Naciones Unidas. (1960). *Informe del seminario sobre problemas de urbanización en América Latina*. Naciones Unidas, Consejo Económico y Social.
- Oliveira, F. d. (2003). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. Boitempo.
- Oliveira, F. L. d., Sánchez, F., Tanaka, G. & Monteiro, P. (Orgs.). (2016). *Planejamento e conflitos urbanos – Experiências de luta*. Letra Capital.
- Oliven, R. G. (1980). Marginalidad urbana en América Latina. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 7(19), 49-62. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/896>
- Palmeira, M. G. S. (1971). *Latifundium et capitalismo au Brésil: lecture critique d'un débat*. Tese de doutorado, Universidade de Paris, França.
- Paugam, S. (Dir.). (1996). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Éditions La Découverte.
- Peake, L. & Sheppard, E. (2014). The Emergence of Radical/Critical Geography within North America. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 13(2), 305-327. <https://doi.org/10.14288/acme.v13i2.1009>
- Prado Junior, C. (1966). *A revolução brasileira*. Editora Brasiliense.
- Preteceille, E. & de Queiroz Ribeiro, L. C. (1999). Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista EURE – Revista de Estudos Urbano Regionales*, 25(76), 79-102. <https://doi.org/10.4067/S0250-71611999007600004>
- Redwood III, J. (1975). La distribución espacial del desarrollo económico reciente en Brasil. *Revista EURE – Revista de Estudos Urbano Regionales*, 4(12), 9-51. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/880>
- Rizek, C. S. (2019). Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, 23(2), 226-241. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161108>
- Rolnik, R. (2009). La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para la implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil. *Revista EURE – Revista de Estudos Urbano Regionales*, 35(104), 5-28. <http://doi.org/10.4067/S0250-71612009000100001>
- Rolnik, R. (2013). Apresentação. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. Em C. Vainer et al., *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 7-12). Boitempo.
- Rolnik, R. (2019). *Urban Warfare. Housing under the Empire of Finance*. Verso.
- Rostow, W. W. (1960). *The Stages of Economic Growth (A Non-Communist Manifesto)*. Cambridge University Press.
- Sabatini, F., Cáceres, G. & Cerda, J. (2001). Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. *Revista EURE – Revista de Estudos Urbano Regionales*, 27(82), 21-42. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612001008200002>
- Sachs, W. (1990). The Archaeology of the Development Idea. *Interculture*, XXIII(4), 2-37.
- Sader, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Paz e Terra.
- Sader, E. (1991). Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. Em J. Q. d. Moraes & D. A. Reis Filho (Orgs.), *História do marxismo no Brasil. Volume I. O impacto das revoluções* (pp. 157-183). Paz e Terra.

- Sampaio Junior, P. S. d. A. (1997). *Entre a nação e a barbárie: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
- Santos, C. N. F. d. (1981). *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Zahar.
- Santos, M. (1974). Subdesarrollo y polos de crecimiento económico y social. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 3(9), 105-115. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/859>
- Schwarz, R. (1977). As ideias fora do lugar. Em R. Schwarz, *Ao Vencedor as Batatas* (pp. 9-31). Duas Cidades, Editora 34.
- Sposati, A. (Org.). (1996). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. EDUC.
- Taschner, S. P. & Bógus, L. M. M. (2001). São Paulo, uma metrópole desigual. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 27(80), 87-120. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612001008000005>
- Todaro, R. (1978). La renta de la tierra: algunos antecedentes teóricos. *Revista EURE – Revista de Estudios Urbano Regionales*, 5(15), 37-48. <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/879>
- Topalov, C. (1979). *La urbanización capitalista. Algunos elementos para su análisis*. Edicol.
- Trefftz, E. (2011). 50 años de la ley de reforma urbana en Cuba. En el aniversario del cambio de paradigma. *Revista INVI*, 26(72), 19-62. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582011000200002>
- Universidade Federal da Bahia. (s.f.). Henri Lefebvre publica “Le droit à la ville”. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1556>
- Vainer, C. (2000). Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Em O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato, *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos* (pp. 75-103). Editora Vozes.
- Viveiros, L. (2024). Reforma urbana no contexto da Revolução Nacionalista Boliviana de 1952: agendas, agentes e motivações. *Pesquisa Reforma Urbana e suas circunstâncias em países da América Latina nos anos 1950-1970: a construção e as opacidades de uma bandeira de política urbana*. CNPq, Natal (RN), 10 de novembro de 2024.